ISSN: 2358-8829

A ESCOLA QUE PROTEGE E AS VIOLÊNCIAS COTIDIANAS NA PERIFERIA

Cristine Filgueiras Mascarenhas[1]

INTRODUÇÃO

Os cuidados com as habilidades socioemocionais constituem aspectos por meio dos quais a educação se propõe a garantir o desenvolvimento do autoconhecimento e do propósito de vida do estudante, sugerindo ações norteadas por instrumentos legais.

Assegurar o bem-estar do adolescente, no ensino médio, requer o conhecimento e a análise de cada espaço escolar, e cabe considerar a diversidade de fatores biopsicossociais que fazem parte de cada ambiente e de cada sujeito. A contemporaneidade mostra urgência nas ações voltadas à prevenção e aos cuidados relacionados à saúde mental, bem como no cumprimento de políticas públicas que resguardam a adolescência dos fatores de risco os quais podem influenciar, de forma deletéria, o desenvolvimento e a aprendizagem escolar.

Em 2019, instituiu-se a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio como estratégia permanente de atenção à saúde mental, cuja implementação é de competência da União em parceria com Estados, Municípios e Distrito Federal. Entre suas finalidades estão a prevenção da violência autoprovocada, o controle dos fatores determinantes e condicionantes da saúde mental e a garantia de acesso à atenção psicossocial, sobretudo em situações que envolvam ideação suicida (Brasil, 2019).

A realização de um projeto voltado à saúde emocional em escolas públicas periféricas permitiu investigar os medos e os propósitos de vida de adolescentes do primeiro ano do ensino médio. O registro sobre seus medos revelou a necessidade de reflexão sobre os vários tipos de violências que fazem parte do cotidiano desses estudantes, e tais relatos evidenciam a importância de ações intersetoriais para que a escola se fortaleça como espaço que educa e zela pelo bem-estar de todos.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como instrumento normativo, orienta sobre a necessidade de não caracterizar o público de adolescentes e jovens como um grupo

[1] Fonoaudióloga da Secretaria de Estado da Educação do Maranhão, cristinemascarenhas@yahoo.com.br

ISSN: 2358-8829

homogêneo, considerando as suas multidimensões, nas quais há especificidades que não estão ligadas às dimensões biológicas e etárias, mas às dimensões sociais e culturais (Brasil, 2018).

O estudo tem como objetivo promover reflexões sobre as violências que o estudante periférico enfrenta, sendo necessário pensar em ações frequentes voltadas à saúde mental. Sabe-se, no entanto, que o espaço escolar necessita de parcerias e de ações interdisciplinares e intersetoriais para assegurar um cuidado adequado diante de situações cotidianas de violência, as quais podem limitar a aprendizagem e o propósito de vida das adolescências.

METODOLOGIA

O estímulo à reflexão sobre os próprios sentimentos e sobre o propósito de vida foi um dos objetivos do projeto intitulado “Estímulo à leitura e comunicação oral e escrita como estratégias de cuidados com a saúde mental”, destinado às escolas integrais “Educa Mais”, em 2024, no município de São Luís/MA. O projeto, desde o início, foi direcionado a turmas do 1º ano do Ensino Médio, sendo realizado em um encontro de duas horas-aula ou uma hora-aula, conforme a organização do calendário escolar.

No início da ação, em cada sala de aula, foram oferecidos textos de diferentes gêneros, por meio dos quais era possível refletir sobre os sentimentos do autor ou dos personagens. A partir dessas reflexões, discutiam-se situações reais do cotidiano. Os temas abordados com a leitura de poesias, fábulas e trechos de narrativas levavam à reflexão sobre amor-próprio, medo, perdão e propósito de vida.

Ao final da prática, solicitou-se aos alunos que escrevessem sobre si, sobre seus medos e seus propósitos de vida. A produção escrita dos alunos foi lida posteriormente. A ação era finalizada após uma reunião com a gestão escolar.

Trata-se de um estudo qualitativo, caracterizado como relato de experiência, cuja prática permitiu refletir sobre os diferentes tipos de violência cotidiana aos quais os adolescentes são submetidos e que concorrem com a proposta da escola de auxiliar o aluno em seu desenvolvimento e aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conhecer as adolescências implica desenvolver estratégias de acolhimento e escuta que possibilitem ao adolescente sentir-se seguro para compartilhar suas vulnerabilidades. É

ISSN: 2358-8829

importante destacar que existem questões sociais que podem agravar condições individuais ou constituir a própria causa de situações de vulnerabilidade.

No que se refere aos relatos escritos pelos adolescentes, houve a manifestação do sentimento de medo de morrer em razão da cor da pele. Dessa forma, os adolescentes descreveram como é viver em uma sociedade cujo racismo estrutural é implacável e deletério.

Quanto à violência racial no Brasil, entre os anos de 2007 e 2018, foram registrados cerca de 553 mil assassinatos, e a maioria das vítimas era negra. Conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a população negra corresponde a 71,5% das vítimas de homicídio, o que evidencia sua maior exposição à violência. A Anistia Internacional, por sua vez, divulgou que, no Brasil, um jovem negro perde a vida de forma violenta a cada 23 minutos (Ribeiro, 2019).

Além da violência urbana, em que o racismo coloca o adolescente em situação de total vulnerabilidade, existem fortes manifestações de racismo nos espaços particulares e públicos da educação. Esses espaços podem ser locais de amplo investimento em ações de combate ao preconceito. Nas diferentes áreas do conhecimento, é possível refletir sobre a violência racial, que pode surgir como tema transversal, o que representa uma oportunidade para indagar o que a sociedade comunica ao apresentar índices tão elevados de discriminação e violência.

Uma revisão bibliográfica realizada em 2023, sobre a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes no Brasil, aponta o racismo como fator preponderante e a insuficiência da atuação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para eliminar esse tipo de violência. Quanto aos jovens periféricos, o estudo identifica o racismo como fator que controla, contém, prende e extermina esse segmento da população (Vila Nova, 2023).

As consequências do racismo associado à desigualdade social no Brasil contribuíram para que a morte de jovens pobres e negros se tornasse uma realidade recorrente. A violência policial causa mortes e prisões indevidas desses jovens em razão da cor da pele. No contexto da "guerra antidrogas", jovens negros figuram com maior frequência nas estatísticas de homicídios. Essa estratégia prioriza a prisão e a morte de traficantes, porém não atinge as altas instâncias que lucram com o tráfico (Silva *et al*., 2025).

Nos registros dos alunos, a expressão "medo de me perder pro tráfico" retrata uma condição de vulnerabilidade na qual o adolescente pode acabar se envolvendo com o tráfico, embora essa não pareça ser sua primeira escolha.

Em pesquisa realizada na cidade de Natal/RN, sobre o sentido do trabalho para adolescentes explorados pelo tráfico de drogas, a palavra "tráfico" foi associada simbolicamente a dinheiro, independência, cadeia, ilusão, risco, morte, entre outros elementos.

ISSN: 2358-8829

As atribuições simbólicas relacionadas à palavra “trabalho” estavam atreladas a dinheiro honesto, orgulho, futuro e desenvolvimento. Para os adolescentes entrevistados, a permanência no tráfico estava fortemente relacionada ao dinheiro. Dois dos nove adolescentes entrevistados justificaram a permanência no tráfico, mesmo que ganhassem muito dinheiro de outra forma, pela ligação com a comunidade e pelo senso de responsabilidade diante dos abusos, das humilhações e das invasões policiais. Os adolescentes demonstraram estar cientes dos riscos ou da possibilidade de morte, além de aconselharem seus pares a buscar um trabalho honesto (Melo *et al*., 2024).

Outra condição de vulnerabilidade foi observada no relato de um adolescente que expressou ter medo de não voltar para casa com vida por ser uma garota trans. O relato indicava que esse era um medo constante e que a adolescente tinha conhecimento de que o Brasil é um dos países que mais matam pessoas trans. Esse é um medo legítimo, que evidencia a urgência de ampliar os cuidados com as juventudes e de garantir ações destinadas a assegurar os direitos básicos de cidadania previstos em lei.

A manifestação da violência contra pessoas LGBTQIA+ também ocorre quando se estabelece a ideia de um modelo único de família, cis, heterossexual e biparental. A violência manifesta-se por meio de abandono, estupros, assassinatos e espancamentos. As necessidades de proteção das pessoas trans negras exigem atenção prioritária. Nesse sentido, as redes de cuidados intersetoriais são necessárias como fator de proteção à saúde mental dos jovens mais vulneráveis, sendo importante considerar os espaços de convivência e os vínculos entre as famílias e os jovens (Cerqueira *et al*., 2021).

Os adolescentes também relataram situações diversas que evidenciam condições de fragilidade e desproteção. Vale ressaltar que o acúmulo de tensões emocionais pode resultar na redução das expectativas e no comprometimento dos sonhos e propósitos de vida.

Entre os relatos, destacaram-se a dificuldade de compreender a perda de familiares, a necessidade de atender às solicitações da mãe quanto aos cuidados com o irmão, o que comprometia a frequência escolar, e o excesso de trabalho imposto pela família, além da carga horária escolar.

A escola permanecerá como um ambiente decisivo para acolher e orientar o adolescente quanto ao autocuidado, bem como adotar medidas e realizar encaminhamentos necessários para suprir as necessidades do estudante.

Foram lidos registros de adolescentes que revelavam o medo de voltar a praticar autolesão e outros que expressavam o medo de desistir da vida. Esses relatos alertam para a necessidade urgente de ampliar a rede de atendimento da saúde pública. A garantia da

ISSN: 2358-8829

assistência à saúde mental tornou-se ainda mais necessária diante do aumento dos casos relacionados à ansiedade, depressão, autolesão e ideação suicida.

Os registros dos adolescentes evidenciam a diversidade das juventudes enquanto sujeitos singulares e mostram o quanto a sociedade e a ambiência em que vivem contribuem para sua vulnerabilidade. Fatores sociais, políticos e econômicos repercutem negativamente em seu cotidiano, havendo necessidade de priorizar ações que protejam o desenvolvimento, a saúde e a educação, conforme garantido pela Constituição brasileira (Brasil, 1988).

A fala de uma adolescente quanto ao medo de ser novamente assediada revela a constante vulnerabilidade das adolescentes e reafirma a necessidade urgente de medidas de proteção e enfrentamento da violência contra a mulher.

As violências que atingem os adolescentes periféricos manifestam-se em diferentes contextos, e é no espaço escolar que os estudantes encontram acolhimento, por ser um ambiente que lhes traz um sentimento de segurança e pertencimento.

CONCLUSÃO

O conhecimento das várias realidades relacionadas às violências cotidianas enfrentadas e expressas pelos próprios estudantes leva à reflexão sobre a importância da escuta e do conhecimento da singularidade de cada espaço escolar como ferramentas para identificar possibilidades de articulação com as famílias, com o entorno escolar e com diferentes segmentos da sociedade que podem cooperar em ações voltadas à promoção de fatores de proteção contra os variados tipos de violências que se manifestam rotineiramente na vida dos adolescentes periféricos.

A escola, como espaço que educa e contribui para a construção de propósitos de vida, assume papel decisivo e desafiador, visto que os fatores sociais, econômicos e relativos às políticas públicas também são determinantes no enfrentamento do desamparo desses estudantes.

Diante dos diversos tipos de violência, evidencia-se a necessidade de mais pesquisas, com aprofundamento da análise de cada fator de risco que afeta as adolescências, para que sejam compartilhadas experiências e alternativas de ações exitosas de cuidado com a saúde emocional desses estudantes nos diferentes espaços escolares.

A escola que protege necessita do fortalecimento das políticas públicas existentes e do estabelecimento de parcerias com os diversos segmentos da sociedade que possam contribuir para reduzir os fatores que tornam desafiador o cotidiano do estudante periférico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019**. Institui a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; e altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. Brasília, DF: Presidência da República, [2025]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13819.htm. Acesso em: 18 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://cdn.mec.gov.br/basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 18 out. 2026.

CERQUEIRA, D. *et al*. **Atlas da violência 2021**. Brasília, DF: IPEA, 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/12/atlas-violencia-2021-v7.pdf. Acesso em: 18 out. 2026.

MELO, B. P. *et al*. Os sentidos do trabalho para adolescentes explorados pelo tráfico de drogas. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre. v. 36, e285089, p. 1-16, 4 set. 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-0310/2024v36285089. Disponível em: https://www.scielo.br/j/psoc/a/SYSW73vP9LmjsGw7hstMnNq. Acesso em: 18 out. 2026.

RIBEIRO, D. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, L. S. A. H. *et al*. Vulnerabilidade por racismo, gênero e capacitismo: reflexões sobre estratégias para a promoção da saúde mental em adolescentes. **Revista Pró-Universus**, [Vassouras], v. 16, n. 3, p. 73-81, 3 jan. 2025. DOI: https://doi.org/10.21727/rpu.16iEspecial.5673. Disponível em: https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/5673. Acesso em: 18 out. 2026.

VILA NOVA, A. Violação dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil: o racismo como fator preponderante. **Perspectivas em Políticas Públicas**, [Belo Horizonte], v. 16, n. 32, p. 189-208, jul./dez. 2023. DOI: https://doi.org/10.36704/ppp.v17i32.8053. Disponível em: https://revista.uemg.br/revistappp/article/view/8053. Acesso em: 18 out. 2026.